Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Segunda Câmara

DELIBERAÇÃO AC02 - 1658/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/21170/2015
PROTOCOLO	: 1652931
TIPO DE PROCESSO	: UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ÓRGÃO	: FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS
JURISDICIONADO	: ROBSON YUTAKA FUKUDA
INTERESSADO	: EASYCRED SERVIÇOS DE CRÉDITO E TURISMO EIRELI
VALOR	: R$ 295.000,00
RELATOR	: CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

EMENTA: NOTA DE EMPENHO – AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS – EXECUÇÃO FINANCEIRA – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE.

A execução financeira é regular em razão da comprovação da total execução do objeto pactuado e similitude dos valores apurados nas três etapas, empenho, liquidação e pagamento, conforme determinação legal.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, de 4 de setembro de 2018, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em declarar a **regularidade** da execução financeira contratual - Nota de Empenho n. 5773/2015, emitida pelo Fundo Especial de Saúde de MS, em face da empresa Easycred Serviços de Crédito e Turismo EIRELI .

Campo Grande, 4 de setembro de 2018.

Conselheiro **Marcio Campos Monteiro** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Marcio Campos Monteiro – Relator

Cuida-se de Contratação Pública, através da **Nota de Empenho n. 5773/2015,** emitida pelo **Fundo Especial de Saúde de MS**, em face da empresa **EASYCRED Serviços de Crédito e Turismo EIRELI**, no valor global de R$295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), objetivando a aquisição de passagens aéreas para atender pacientes em tratamento fora do domicílio.

Destaca-se inicialmente que, tanto o Procedimento Licitatório realizado pela modalidade de **Pregão Eletrônico n. 56/2015,** e a **Ata de Registro de Preços n. 73/2015**, como a formalização contratual – **Nota de Empenho n. 5773/2015 (PRIMEIRA E SEGUNDA FASES)** receberam julgamento na Corte Fiscal, sendo declarados **REGULARES** através da **Decisão Singular n. 9900/2015** e do **Acórdão da Segunda Câmara n. 1788/2017,** respectivamente.

Neste momento processual analisa-se a **TERCEIRA FASE,** correspondente a **Execução Financeira Contratual.**

Verifica-se que, tanto a 6ª Inspetoria de Controle Externo (peça 19) como o Ministério Público de Contas (peça 20) analisaram a prestação de contas e consignaram pela **REGULARIDADE** do feito, em razão do atendimento as determinações legais correspondentes a matéria.

Conforme Consta, o resumo geral da execução financeira contratual apresenta a seguinte posição:

NOTA DE EMPENHO EMITIDA	R$	295.000,00
EMPENHO ANULADO - ARP		124,17
NOTA DE EMPENHO VALIDA		294.875,83
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDAS	R$	294.875,83
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$	294.875,83

Conclusos, os autos vieram a esta Relatoria para decidir.

É o sucinto RELATÓRIO.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Marcio Campos Monteiro – Relator

Extrai-se dos autos que, tanto a 6ª Inspetoria de Controle Externo quanto o representante do Ministério Público de Contas manifestaram pela regularidade da fase de execução financeira da Nota de Empenho n. 5773/2015, emitida pelo Fundo Especial de Saúde de MS.

De fato, foram encaminhados os documentos necessários à comprovação da regularidade dos atos praticados no cumprimento do objeto pactuado, no total de R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), conforme tabela alhures demonstrada.

Na forma em que foi comprovada, a execução financeira apresenta similitude de valores e cumpriu regularmente os estágios de empenho, liquidação e pagamento, consoante determina a legislação de regência, em especial a Lei n. 4.320/64[1] e a Lei n. 8666/93 2.

Cumpre, portanto, a atuação desta Corte Fiscal, para o fim de declarar a aprovação da presente prestação de contas.

DISPOSITIVO

Destarte, acompanho a manifestação da 6ª Inspetoria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, e **VOTO** no sentido de:

1) declarar **REGULAR** a **execução financeira contratual - Nota de Empenho n. 5773/2015,** emitida pelo **Fundo Especial de Saúde de MS**, em face da empresa **EASYCRED Serviços de Crédito e Turismo EIRELI (3ª Fase)**, consoante disposição do artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 120, inciso III, "c" da Resolução Normativa 76/2013;

2) comunicar o **resultado do julgamento** às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do relator, em declarar a regularidade da execução financeira contratual **-** Nota de Empenho.

Presidência e relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Marcio Campos Monteiro.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Iran Coelho das Neves e Osmar Domingues Jeronymo.

Presente o Exmo. Sr. José Aêdo Camilo, Procurador de Contas.

Campo Grande, 4 de setembro de 2018.

Conselheiro **MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

Relator

GAB- ECL
SETAC. KBV/ARP/DSSM

[1] **Lei n. 4320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
[2] **Lei nº 8.666,** de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**.**